

**ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012**

- 1 -----**SESSÃO ORDINÁRIA**-----  
2 -----**REUNIÃO DO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2012**-----  
3 -----**ATA NÚMERO UM / DOIS MIL E DOZE** -----  
4 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA:**-----  
5 - **Presidente** – João Carlos Barreiras Duarte; -----  
6 - **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----  
7 - **Segundo Secretário** – Vanda Ferreira Nunes Laura. -----  
8 -----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores: -----  
9 - João Carlos Barreiras Duarte; -----  
10 - Alberto Carlos Nascimento Ferreira; -----  
11 - Carlos João Fernandes Pereira Fonseca; -----  
12 - António Fernando Lopes; -----  
13 - Vanda Ferreira Nunes Laura; -----  
14 - Marcos José Vicente Proença; -----  
15 - Luis Manuel Surrador Rego; -----  
16 - M.<sup>a</sup> Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira; -----  
17 - Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----  
18 - Maria Fernanda Faria Abreu Silva Mateus; -----  
19 - Anabela Martins Sá; -----  
20 - Carlos Fernando Faria Duarte; -----  
21 - Carlos Manuel Maximiano Batista; -----  
22 - Pedro José Oliveira Rebelo Ângelo; -----  
23 - Pedro Miguel Dias Lourenço; -----  
24 - Maria da Graça Romão Jesus Rua; -----  
25 - Susana Miguel Silva; -----  
26 - Ivo Gonçalo Rodrigues Faustino; -----  
27 - Virgilio Paulo Silva; -----  
28 - Luis Francisco Campos Silva; -----  
29 - Armando Salvador Maia da Fonseca; -----  
30 - Tesoureiro da Junta de Freguesia do Bombarral Luis José Coelho Pereira Bernardino;  
31 - Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal João Manuel Gomes Mendonça; -----  
32 - Presidente da Junta de Freguesia da Roliça M.<sup>a</sup> Norberta Ponte Ferreira Santos; -----  
33 - Presidente da Junta de Freguesia do Pó Nuno Diogo Fernandes Bernardino; -----  
34 - Presidente da Junta de Freguesia do Vale Covo Joaquim Marcos Rodrigues  
35 Henriques. -----  
36 -----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores: -----  
37 - Presidente da Câmara Municipal José Manuel Gonçalves Vieira; -----  
38 - Vereador Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; -----  
39 - Vereador José Victor Ribeiro da Silva; -----  
40 - Vereadora Lúcia Maria Silva Poseiro; -----  
41 - Vereadora Maria Arminda Oliveira Sousa; -----  
42 - Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Cidália Maria Pancrácio Santos;  
43 - Chefe da Divisão Financeira Regina Paula Jesus Aires; -----

## ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012

44 - Chefe da Divisão de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico Alberto Jorge  
45 Jerónimo; -----

46 - Chefe da Divisão Técnica Maria Antónia Palma Vargas; -----

47 - Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----

48 -----Pelas 21:45 horas o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal  
49 declarou a sessão aberta. -----

50 -----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

51 -----**ATA 09/2011:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria  
52 com 25 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a ata n.º 09/2011, da reunião de 19 de  
53 dezembro de 2011. -----

54 -----**ATA 10/2011:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria  
55 com 25 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a ata n.º 10/2011, da reunião de 27 de  
56 dezembro de 2011. -----

57 -----**ATA 11/2011:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria  
58 com 19 votos a favor e 7 abstenções, aprovar a ata n.º 11/2011, da reunião de 30 de  
59 dezembro de 2011. -----

60 -----**MOÇÃO – CENTRO HOSPITALAR OESTE NORTE:** O grupo municipal da  
61 CDU apresentou a seguinte moção: “muito se discutiu sobre o futuro Hospital Oeste  
62 Norte, defendendo alguns um hospital novo e outros que era suficiente o alargamento  
63 do atual Hospital das Caldas da rainha. O anterior governo, primeiro deu razão a uns e  
64 no fim aos outros. Entretanto veio a crise, a “troika”, o novo governo e tudo mudou: já  
65 não há hospital, nem novo nem alargado e pouco a pouco o que existe vai perdendo  
66 valências. A criação do CHON desmantelou dois hospitais importantes como o de  
67 Alcobaca e Peniche e suprimiu serviços de atendimento por toda a sua zona de ação,  
68 incluindo, como todos sabemos e sentimos, o Bombarral. O serviço de urgência do  
69 Hospital de Caldas da Rainha está a rebentar pelas costuras, não há médicos  
70 suficientes, deixou de funcionar a valência de reumatologia e nestas últimas semanas é  
71 a maternidade que tem estado em causa, também por falta de recursos humanos.  
72 Agora, em vez de se solucionarem os problemas existentes, o CHON vai acabar e  
73 passa a CHO – Centro Hospitalar do Oeste, com centro de decisão em Torres Vedras,  
74 perdendo mais valências: cirurgia geral, dermatologia e ortopedia. Isto é absolutamente  
75 inaceitável e altamente prejudicial para os interesses dos cidadãos que, pela  
76 continuação da via da agregação, cada vez tem menos serviços, mais distantes e com  
77 piores resultados. Considerando que a saúde é um direito constitucional; considerando  
78 que a extinção e serviços anunciada vai eliminar setores operacionais tidos como  
79 imprescindíveis em todos os hospitais, nomeadamente cirurgia e ortopedia;  
80 considerando que o que vai restar em Caldas da Rainha será uma urgência básica e o  
81 resultado será que os utentes terão de se deslocar a Caldas da Rainha e daí para  
82 Torres Vedras, (ou seja, no caso do Bombarral fazem-se 18 quilómetros para norte e  
83 depois 56 para sul) tudo à custa do doente e da sua saúde, podendo esta ser outra  
84 forma de diminuir custos com a saúde, matando os utentes; considerando que esta  
85 medida acaba, por indisponibilidade económica, por retirar o acesso à saúde a um  
86 grupo cada vez mais elevado de bombarralenses; considerando que o serviço prestado

## ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012

87 pelos Bombeiros Voluntários de Bombarral já se realiza com muitas dificuldades, com  
88 este acréscimo de trajetos e de tempo, passará a ser impossível ter meios para servir  
89 condignamente a população; considerando que estas alterações vêm, uma vez mais,  
90 prejudicar os utentes do Bombarral e de todo o Oeste-norte pondo em causa o Serviço  
91 Nacional de Saúde; Considerando que o Hospital de Torres Vedras é parceria público-  
92 privada com um défice de 30 milhões de euros, pelo que não dá garantias de bem gerir  
93 os restantes hospitais públicos; considerando que é incompreensível que numa área  
94 territorial tão alargada, que vai de Alcobaça a Torres Vedras, o centro nevrálgico seja  
95 colocado numa zona periférica fora do distrito de Leiria; A Assembleia Municipal de  
96 Bombarral, reunida a 13 de fevereiro de 2012 delibera: -----

- 97 1. Rejeitar a transformação da Urgência de Caldas da Rainha em Urgência Básica. ----
- 98 2. Rejeitar a perda de valências do Hospital Distrital de Caldas da Rainha, um hospital  
99 com história e um percurso de prestação de bons serviços à comunidade;-----
- 100 3. Defender a continuação do CHON – Centro Hospitalar do Oeste Norte – nas Caldas  
101 da Rainha; 4. Enviar cópias desta moção para o Ministério da Saúde, Presidente da  
102 República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Câmaras e  
103 Assembleias Municipais da Associação de Municípios do Oeste, comunicação social  
104 local, regional e nacional.”-----

105 -----A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles Oliveira (CDU) considerou que a moção é  
106 explícita em termos da grave situação que pode advir para o Bombarral. Para Caldas da  
107 Rainha vamos pela via rápida mas no regresso para Torres Vedras, se ao custo se  
108 acrescerem as portagens, as pessoas vão optar pela estrada nacional o que vai  
109 aumentar o tempo do trajeto. É uma questão constitucionalmente inalienável que é o  
110 direito à saúde e esta medida vai pôr em causa o direito à saúde de muitas pessoas,  
111 incluindo os bombarralenses. Para o Bombarral é extremamente gravoso se isto  
112 acontecer, sendo uma mudança que pode agravar mais a situação do acesso à saúde.

113 -----O senhor Virgílio Silva (PS) disse aprovar esta moção nas suas linhas gerais.

114 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a moção supra  
115 transcrita. -----

116 -----**MOÇÃO - TRIBUNAL DO BOMBARRAL:** Foram presentes duas moções  
117 relativas à intenção de encerramento do tribunal do Bombarral, uma apresentada pelo  
118 grupo municipal da CDU e outra apresentada pelo grupo municipal do PS.  
119 Considerando a importância da matéria e de haver uma posição unânime, pelas 22:23  
120 horas foi a sessão interrompida por cinco minutos afim dos grupos proponentes  
121 elaborarem uma moção conjunta.-----

122 -----Pelas 22:31 horas foi a sessão reatada tendo sido deliberado por  
123 unanimidade e em minuta aprovar a seguinte moção subscrita por todos os membros  
124 da Assembleia Municipal: “O Bombarral nos últimos anos tem vindo a perder  
125 infraestruturas essenciais para a sua população e agora inserido na política de  
126 estrangulamento dos serviços públicos essenciais, o “Ensaio para a Reorganização da  
127 Estrutura Judiciária”prevê acabar com o nosso tribunal. Considerando que o direito de  
128 todos os cidadãos à Justiça é um direito constitucional; Considerando que a criação da  
129 Comarca do Bombarral, para além de ter respondido aos anseios dos bombarralenses

## ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012

130 visou aumentar a celeridade na aplicação da justiça e a eficácia do Tribunal de Caldas  
131 da Rainha; Considerando que os critérios apresentados e que fundamentam esta  
132 proposta passam pela tipificação do número de processos existentes em cada tribunal e  
133 a distância entre o tribunal a encerrar e aquele que vai receber o processo passível de  
134 ser percorrida em tempo inferior a cerca de 1 hora, são falaciosos, pois o referido  
135 estudo refere volume processual inferior a cerca de 250 processos, em virtude de não  
136 serem contabilizados todos os processos, como também, os tribunais de Leiria (sede da  
137 Comarca) e de Alcobaça implicam deslocações superiores a uma hora; Considerando  
138 que a extinção do tribunal de Bombarral implica a deslocação dos bombarralenses ao  
139 tribunal de Leiria no âmbito de instrução Criminal, ao tribunal de Alcobaça no âmbito de  
140 execuções e ainda comércio, ao tribunal de Caldas da Rainha no âmbito de família e  
141 menores e ainda Criminal; Considerando que as instalações do Tribunal de Bombarral  
142 são pertença do Município, pelo que o custo das mesmas é reduzido; Considerando  
143 que a saída do Tribunal do Bombarral só irá agravar os custos do exercício da justiça  
144 ao mesmo tempo que tornará o seu acesso aos bombarralenses, mais difícil e  
145 demorado; A Assembleia Municipal, reunida a 13 de fevereiro de 2012 delibera: 1.  
146 Rejeitar a intenção de extinguir o tribunal Judicial de Bombarral; 2. Apelar ao Presidente  
147 da República, Assembleia da República e ao Governo, no sentido de que seja mantido  
148 o referido tribunal; 3. Enviar a moção à comunicação social local, regional e nacional.” -  
149 -----O senhor Fernando Lopes (PS) considerou que também deveriam pugnar  
150 para que a Câmara Municipal tivesse uma atenção muito especial em relação à  
151 situação do Hospital Oeste Norte que está a perder valências, prejudicando os  
152 bombarralenses. Quanto à situação de tolerância de ponto ou não para os funcionários  
153 na próxima terça-feira, considera que o senhor Presidente da Câmara devia conceder  
154 tolerância de ponto. Sobre o centro educativo do Bombarral, disse ter sido divulgado  
155 sexta-feira uma situação para a qual já tinham alertado em reunião da comissão  
156 permanente e que tem a ver com os trabalhadores da firma FDO não receberem há  
157 meses, estando anunciada a insolvência da empresa, pelo que perguntou o que é que a  
158 Câmara Municipal já fez e o que é que pretende fazer.-----  
159 -----O senhor Pedro Lourenço (CDU) disse haver problemas na aldeia dos  
160 Baraçais, nomeadamente na Rua Dr. Faria Pimentel e Travessa da Paz, onde quando  
161 chove se cria um riacho que estraga a estrada, o que com o tempo a vai degradar mais.  
162 É perigoso circular ali porque o terreno não apresenta segurança nenhuma. Os  
163 habitantes dos Baraçais também falam na situação do Casal da Merca cuja estrada de  
164 acesso não está alcatroada e o ano passado, como choveu muito, houve um casal que  
165 sofreu bastante, pelo que gostava de saber o que é que a Câmara Municipal pretende  
166 fazer. -----  
167 -----O senhor Marcos Proença (PS) questionou se em relação ao troço da Rua  
168 Luis de Camões entre a Junta de Freguesia e o restaurante Imperial, existe alguma  
169 intenção de requalificação, nomeadamente quanto à antiga propriedade do senhor  
170 António Simão, pensando que seria interessante criar-se um visual diferente. Alertou  
171 também que no Largo da Igreja existem quatro bancos a necessitar de pintura.-----

## ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012

172 -----O senhor Ivo Faustino (PS) solicitou informações sobre o porquê da  
173 suspensão da recolha do papel e cartão nas empresas do Bombarral, perguntando se é  
174 por falta do combustível que a Câmara Municipal não consegue ter. -----  
175 -----O senhor Pedro Ângelo (CDS) disse ter-lhe chegado ao conhecimento que  
176 terá existido uma empresa no Sanguinhal que pretendia aumentar a sua capacidade de  
177 produção e que teve de se deslocar para Óbidos porque a Câmara Municipal não lhe  
178 criou condições. Questionou porque motivo a Ginja do Sanguinhal se deslocou para  
179 Óbidos. --- -----  
180 -----A senhora D. Fernanda Mateus (PSD) informou que a 19 de janeiro decorreu  
181 uma reunião do ACES Norte onde foram dadas informações sobre as novas taxas  
182 moderadoras, analisado o plano de ação para 2012, apresentado um diagnóstico com  
183 as dificuldades e lacunas do ACES Norte para a prestação de cuidados de saúde  
184 primários e propostas de melhorias.-----  
185 -----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) disse que gostava de saber o que está  
186 previsto em termos da ciclovia na entrada do Bombarral do lado de quem vem do  
187 Cadaval. Quanto à tolerância de ponto no Carnaval lembrou que esta é uma situação  
188 que em muitas empresas faz parte do acordo de empresa e do ponto de vista  
189 económico é importante, mas lembrou também que o ano passado quando se discutiu o  
190 primeiro acordo com a Troika foi noticiado que no Ministério das Finanças apenas  
191 estavam o porteiro e os membros da Troika. -----  
192 -----O senhor Presidente da Câmara, respondendo ao senhor Fernando Lopes,  
193 disse que ainda não fez o despacho da tolerância de ponto que irá ter alguns aspetos  
194 relevantes, nomeadamente a importância socioeconómica do Carnaval no Oeste, o  
195 elevado número de ausências nesse dia, fatores de produtividade e o peso financeiro  
196 para a autarquia, assim como as expectativas dos funcionários. Independentemente da  
197 decisão não retira o respeito institucional pelo governo. Irá proferir o despacho na  
198 próxima quarta-feira. Sobre o centro educativo disse que tem estado em contacto com a  
199 administração da FDO que hoje mesmo mandou ao Bombarral o diretor de produção e  
200 o diretor de divisão, tendo sido informado que nos próximos dias a Câmara Municipal  
201 será formalmente informada sobre a real situação da empresa e da empreitada em  
202 curso. Fez-lhes ver da urgência do assunto e irá estar atento aos desenvolvimentos.  
203 Relativamente ao senhor Pedro Lourenço, disse que os problemas nos Baraçais e no  
204 Casal da Merca estão identificados e a Câmara Municipal irá resolvê-los logo que  
205 estejam criadas as condições. No tocante à intervenção do senhor Marcos Proença  
206 referiu que a Câmara Municipal tem de ter em atenção as vertentes pública e privada. A  
207 divisão de obras particulares e planeamento urbanístico já tem o levantamento feito e  
208 está a notificar as pessoas. Quanto aos bancos do Largo da Igreja, concordou que de  
209 facto no Bombarral existem muitos equipamentos públicos que têm de ser revistos e  
210 arrançados. Relativamente ao senhor Ivo Faustino, disse que a suspensão da recolha  
211 de papel e cartão é temporária e prende-se com a interrupção do fornecimento de  
212 combustível, tendo já sido aberto um concurso público para resolver o problema. Em  
213 resposta ao senhor Pedro Ângelo disse que a ida da Ginja do Sanguinhal para Óbidos  
214 preocupa-o e por si não teria ido. Lamenta que tal tenha sucedido mas é um facto que o

## ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012

215 ultrapassa, derivando de decisões tomadas por alguns que aqui estão e por outros que  
216 aqui estiveram. Compete-lhe a ele tentar reverter uma situação que está por demais  
217 enraizada. Relativamente ao senhor Carlos João Fonseca, referiu que no tocante à  
218 ciclovía se tem feito o possível mas é mais uma das obras que não tem resultado. Para  
219 além de uma morte os acidentes têm sido inúmeros. -----

### 220 -----**INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATIVIDADE DA** 221 **CÂMARA MUNICIPAL:**-----

222 -----O senhor Presidente da Câmara informou que a dívida a fornecedores é no  
223 montante de € 5.352.157,62 e as faturas em conferência são no montante de €  
224 55.124,49 o que dá um total de € 5.407.282,11. A dívida a instituições de crédito é de €  
225 3.393.063,23. Assim a dívida total é de € 8.800.345,34. -----

226 -----O senhor Fernando Lopes (PS) disse ter ficado surpreendido quando verifica  
227 nos documentos que há várias situações em que não houve alterações desde a última  
228 intervenção, pelo que é descabido virem nesta informação. Quanto ao centro educativo  
229 da Roliça pergunta desde quando e por deliberação de quem é que está suspenso.  
230 Quanto à requalificação da entrada sul da vila referiu que estamos quase a concluir o  
231 prazo da empreitada e estamos apenas com 39% da obra executada, pelo que  
232 pergunta se num mês se faz tudo o que falta e se existe alguma cláusula penal para o  
233 incumprimento dos prazos. Quanto ao setor jurídico questionou qual a intervenção da  
234 autarquia no processo 103/11. Quanto ao processo 14 do Balcão Nacional de Injunções  
235 perguntou quem aguarda elementos já que é a autarquia que está a dar a informação,  
236 lembrando a existência de um prazo de 15 dias para se apresentar oposição.  
237 Manifestou estranheza quanto ao elevado número de atendimentos na tesouraria  
238 municipal. -----

239 -----A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles Oliveira (CDU) lembrou que na última sessão  
240 da Assembleia Municipal tinha perguntado a quem tinham sido entregues alguns  
241 pelouros que eram da anterior vice-presidente, como são os casos dos recursos  
242 humanos, ação social, saúde e educação. Considerou que a recriação da Feira de São  
243 Brás pelo Agrupamento de Escolas Fernão do Pó correu muito bem, mas isso não  
244 justifica que venha duas vezes na informação. Em relação à situação financeira está  
245 tudo como dantes, continuando a aumentar a dívida a fornecedores, havendo apenas  
246 uma pequena diminuição na dívida a instituições de crédito. Neste momento o grau de  
247 execução da receita, ao fim de um mês, é de 3,1%. Fez um exercício e se este valor der  
248 para ser extrapolado, vão chegar ao final do ano com 38% de execução da receita.  
249 Caso isto se concretize pergunta como é que se pensa resolver os planos de  
250 pagamentos que começam a chover uns atrás dos outros, vendo montante significativos  
251 às Águas do Oeste, Bombeiros, PRAGOSA, FDO, PISOESTE, Rodoviária do Tejo,  
252 União Cultural e Recreativa do Bombarral e VALORSUL. O caminho seguido pela  
253 autarquia desde janeiro é igual ao seguido até 31 de dezembro do ano transato. -----

254 -----O senhor Ivo Faustino (PS) lembrou que na última sessão o senhor  
255 Presidente da Câmara disse que o Plano de Salvaguarda do Carvalhal não estava  
256 esquecido, mas continua a não aparecer nesta informação e em 06 de fevereiro

## ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012

257 apareceram em reunião de Câmara pareceres de 2010. Gostava de saber se este plano  
258 vai ser suspenso. -----

259 -----O senhor Presidente da Câmara, em resposta ao senhor Fernando Lopes,  
260 disse concordar que não deviam vir na informação situações que se encontram  
261 inalteradas. Informou que o centro educativo da Roliça está suspenso. Quanto à  
262 requalificação da entrada sul disse que é claro que existe uma cláusula penal se não  
263 forem cumpridos os prazos, mas também há relacionamento da Câmara Municipal com  
264 o empreiteiro donde podem resultar entendimentos. Quanto aos processos do gabinete  
265 jurídico disse que a autarquia tem uma jurista jovem, mas bastante ilustre, que irá  
266 prestar a informação solicitada e que de futuro virá mais completa. Respondendo à D.  
267 M.<sup>a</sup> Los Angeles Oliveira disse que os pelouros referidos ficaram consigo, dando  
268 igualmente conhecimento dos pelouros atribuídos ao senhor vereador Nuno Mota  
269 (Obras Municipais, Ambiente e Saneamento Básico: Resíduos Sólidos e Água, Juntas  
270 de Freguesia, Energias e Novas Tecnologias, Proteção Civil, Segurança e Trânsito,  
271 Transportes e comunicações, Cemitério e toponímia), à senhora vereadora Lúcia  
272 Poseiro (Associativismo e Coletividades e Juventude e Tempos Livres) e à senhora  
273 vereadora Margarida Duarte (Defesa do Consumidor e Qualidade Municipal). Sobre o  
274 aumento da dívida, disse que contrariamente ao que se diz por aí, de forma falsa e  
275 repleta de inverdade, a dívida atual é de € 8.800.345,34, ou seja, mais 600 mil euros  
276 que em período homologado do ano passado, mas da dívida a fornecedores (€  
277 5.407.282,11) há que ressaltar que cerca de 900.000 correspondem a obras  
278 financiadas pelo QREN e pelo PRODER, pelo que o valor anunciado não corresponde  
279 ao valor real uma vez que vamos ser ressarcidos de grande parte. Se não fosse o  
280 aumento do IVA da energia, combustíveis a dívida teria reduzido substancialmente face  
281 ao nosso esforço para a conter. A gestão não é aquilo que determinado partido tanto  
282 gostaria que fosse a ponto de inventar muito para além da verdade. É verdade meus  
283 senhores, estamos a trabalhar bem, embora em contraciclo com esta profunda crise  
284 que nos agrava a despesa por força dos impostos e nos reduz a receita  
285 substancialmente. Se compararmos com muitos outros municípios quando se trata de  
286 elaborar planos partimos com credibilidade porque cumprimos, com muito esforço mas  
287 cumprimos. Pediu para pararem os que teimam em denegrir a imagem da Câmara  
288 Municipal porque estão a fazer mal a todos os municípios, devendo passar a tomar uma  
289 atitude pró-ativa que permita ao Bombarral singrar, que é um vocábulo que para  
290 alguns não existe. Pediu para pararem de o despejar da função de Presidente da  
291 Câmara que é o único objetivo, mas essa data festiva ainda não chegou. Quanto ao  
292 senhor Ivo Faustino disse que o Plano de Salvaguarda do Carvalhal não está  
293 esquecido, não têm é meios para o concluir. -----

294 -----O senhor Fernando Lopes (PS) referiu que o senhor Presidente da Câmara  
295 não respondeu às questões que colocou. Disse que ninguém está a despejar o  
296 Presidente da Câmara do seu lugar, mas este deve respeitar os deputados e responder  
297 às questões colocadas. Voltou a questionar desde quando e por deliberação de quem é  
298 que o centro educativo da Roliça está suspenso, sobre o balcão de injunções quem é

**ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012**

299 que está a aguardar informações e se no caso referido os 15 dias para apresentação de  
300 oposição foram respeitados ou não.-----

301 -----A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles Oliveira (CDU) relativamente ao senhor  
302 Presidente da Câmara ter dito que dívida é no montante de € 8.800.345,34, considerou  
303 que o senhor Presidente da Câmara deve dizer que esse é o montante da dívida  
304 faturada. Questionou se é ou não verdade que quando apresentou o orçamento o  
305 senhor Presidente da Câmara disse que 14 milhões do orçado eram dívida e os 21  
306 milhões de euros do orçamento tinham a ver com esse montante da dívida. Ou o senhor  
307 Presidente da Câmara está a falar verdade ou mentiu quando apresentou o orçamento.

308 -----O senhor Presidente da Câmara disse que a suspensão do centro educativo  
309 da Roliça é espontâneo e deriva da ponderação acerca da pertinência de avançar ou  
310 não com esta obra assim como da situação constrangedora de avançar com projetos  
311 que podem vir a ter de ser dispensados. Quanto aos processos jurídicos disse que vai  
312 solicitar à nossa ilustre e competente jurista Margarida Santos, para facultar toda a  
313 informação solicitada e no futuro tenha em conta a sua recomendação. Relativamente à  
314 situação financeira disse que não se trata de uma coisa estática tendo por isso a sua  
315 volatilidade. Toda a informação que traz é-lhe fornecida pela divisão financeira, mas é  
316 sabido que há muitas leituras sobre a informação financeira, havendo quem aplique  
317 muita ficção na leitura que faz. Se seguissem à letra a informação trazida hoje podiam  
318 ficar assustados com o valor de cerca de 19 milhões de euros, mas aqui estão perante  
319 outro tipo de informação muito diferente da que veio há algum tempo e que previa a  
320 despesa com pessoal para um mês quando agora prevê a despesa de um ano. -----

321 -----O senhor Fernando Lopes (PS) reiterou o pedido de explicação sobre o  
322 processo 14 do balcão de injunções.-----

323 -----**PROPOSTA DE REGULAMENTO SOBRE O EXERCÍCIO DAS**  
324 **ATIVIDADES DIVERSAS:** A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles Oliveira (CDU) solicitou  
325 esclarecimentos sobre o n.º 2 do artigo 11.º que considera fazer mais sentido no artigo  
326 15.º.-----

327 -----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) sobre o artigo 36.º disse que não  
328 havendo PSP no Bombarral lhe parece que a referência está um pouco a mais. Quanto  
329 ao artigo 75.º - proibição das queimadas, disse pensar que o título estará mal porque no  
330 ponto 6 há permissões. -----

331 -----O senhor Luis Campos (PSD), sobre a alínea c) do artigo 11.º, disse que se  
332 corre o risco de haver um licenciado desempregado que nada tenha a ver com a função  
333 de guarda-noturno e que leve à preterição de um guarda-noturno com formação na  
334 área. O que não lhe parece fazer sentido.-----

335 -----O senhor Presidente da Câmara considerou que tendo este documento sido  
336 já analisado e discutido na Câmara Municipal, compete nesta fase aos membros da  
337 Assembleia Municipal apontarem eventuais alterações ao documento. O Bombarral de  
338 facto não tem PSP, mas pode vir a ter, pensando não haver muita margem para estes  
339 documentos serem alterados.-----

340 -----A senhora chefe da divisão administrativa e recursos humanos disse que um  
341 acampamento ocasional pode abranger mais do que um concelho e estas situações



**ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012**

342 têm que estar previstas e daí aparecer aqui a PSP. As preferências são as previstas na  
343 portaria que regulamenta a atividade e foram transcritas para o regulamento. Quanto ao  
344 artigo 75.º considerou ser uma situação mais complicada porque a legislação não  
345 obriga a licenciamento nalgumas situações, mas as pessoas podem ser multadas e têm  
346 de ser informadas dos períodos em que podem fazer queimadas. -----  
347 -----O senhor Virgílio Silva (PS) disse que de forma geral toda a gente faz  
348 queimadas na agricultura. Quando não têm datas os agricultores terão dificuldades em  
349 saber quando podem fazer queimadas. -----  
350 -----O senhor Luis Campos (PSD) requereu que lhe seja apresentada a portaria e  
351 indicados os artigos relativamente à questão das habilitações. Sobre a PSP disse achar  
352 que o Bombarral tem que licenciar o que diz respeito ao seu espaço territorial e não  
353 noutra concelho. Sabem que este regulamento é aqui aprovado ou reprovado, porque  
354 só a Câmara Municipal o pode alterar. Considerou que os documentos não são  
355 estáticos e vão sendo atualizados. -----  
356 -----O senhor Fernando Lopes (PS) disse causar-lhe bastante perplexidade o  
357 exemplo dado sobre os concelhos contíguos ao Bombarral que tenham PSP,  
358 considerando o mesmo ridículo. O Bombarral tem uma área geográfica onde pode  
359 licenciar e que está entregue à GNR pelo que invocar a PSP é descabido. Também  
360 acha que o artigo 11.º deve ser reformulado. Considera que podem alterar este  
361 regulamento com base na legislação. Podem remeter o documento ao executivo para  
362 reformulação mas entende que o mesmo pode aqui ser alterado.-----  
363 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse parecer-lhe que as  
364 questões referidas têm razão de ser. Já não é a primeira que regulamentos vêm à  
365 Assembleia Municipal com estas situações. Quanto à questão da PSP, disse que toda a  
366 gente percebe que não tem lógica nenhuma até porque todos os concelhos limítrofes  
367 são fiscalizados pela GNR. -----  
368 -----O senhor Presidente da Câmara admitiu que haja alguns exageros no  
369 documento mas que não inviabilizam a sua aprovação e que não colidem com a  
370 realidade do concelho. -----  
371 -----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo disse que nesta  
372 altura no Bombarral há uma preocupação que é o fogo bacteriano e nas várias  
373 conversações havidas sobre este tema foi sempre apelado a que se fizessem  
374 queimadas o mais rápido possível e dentro das propriedades. Se tiver que haver  
375 alguma alteração ao regulamento deve ter-se isto em conta. -----  
376 -----Foi retirado este ponto da ordem do dia a fim do mesmo ser reformulado. ----  
377 -----Pelas 00:00 horas foi deliberado por unanimidade prolongar a sessão por  
378 mais uma hora.-----  
379 -----**PROPOSTA DE PLANO DE PAGAMENTOS ÀS ÁGUAS DO OESTE:** Foi  
380 presente a seguinte proposta da Câmara Municipal: “ACORDO DE REGULARIZAÇÃO  
381 DE DÍVIDA: Entre - Município de Bombarral, com a identificação fiscal nº 506800580,  
382 adiante também designado por Município, neste ato representado pelo Sr. Presidente  
383 da Câmara Municipal, Sr. José Manuel Vieira, que outorga no uso da competência  
384 prevista na alínea a) do número um, do artigo sexagésimo oitavo, da Lei 169/99, de 18

**ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012**

385 de setembro na sua atual redação; E Águas do Oeste, S.A, pessoa coletiva nº  
386 505311593, adiante também designada por Fornecedor, com sede no Convento de S.  
387 Miguel das Gaeiras, 2510-718 Gaeiras, matriculada na Conservatória do Registo  
388 Comercial de Óbidos, com o capital social de 30.000.000,00 (trinta milhões de euros),  
389 neste ato representada por Eng. Arnaldo Lobo Moreira Pego, na qualidade de  
390 Presidente do Conselho de Administração e do Eng. Arménio de Figueiredo, na  
391 qualidade de Administrador Delegado, com poderes para o ato adiante designado por  
392 Fornecedor. Considerando que: O Fornecedor é uma empresa fornecedora do  
393 Município e que foram estabelecidas relações comerciais no âmbito das quais aquele  
394 realizou fornecimentos ao Município; A situação económico e financeira em que  
395 atualmente se encontra o Município, o impede de cumprir atempadamente, as suas  
396 obrigações já vencidas de pagamento do preço dos serviços prestados pelo  
397 Fornecedor, as partes celebram o presente Acordo de Regularização de Dívida, adiante  
398 designado de ACORDO. O presente ACORDO reger-se-á pelos termos e condições  
399 constantes das cláusulas seguintes, que os contraentes já leram e, merecendo o seu  
400 integral acordo e aceitação, assinam. 1ªO Município confirma a existência e validade  
401 das faturas, conforme datas de vencimento e montantes discriminados na relação  
402 anexa (Anexo A) no total de EUR 1.358.247,60 (um milhão, trezentos e cinquenta e oito  
403 mil, duzentos e quarenta e sete euros e sessenta cêntimos), reconhecendo por isso ser  
404 o Fornecedor credor do Município pela mencionada quantia de capital. 2ªO montante  
405 dos créditos referidos na cláusula 1.ª será pago ao Fornecedor, com início em 28 de  
406 março de 2012, em 95 (noventa e cinco) prestações mensais no valor de EUR 14.100  
407 (catorze mil e cem euros) e 1 (uma) prestação no valor de EUR 18.747,60 (dezoito mil,  
408 setecentos e quarenta e sete euros e sessenta cêntimos), sem quaisquer deduções ou  
409 retenções. 3ªO Fornecedor poderá resolver este Acordo ou considerar,  
410 antecipadamente, vencida toda a dívida e exigir o seu imediato pagamento, no caso de  
411 incumprimento de qualquer obrigação aqui assumida pelo Município. Feitos dois  
412 exemplares de igual valor e conteúdo, destinados a cada uma das Partes. -----  
413 Confirmação dos Créditos – Águas do Oeste-----

Nº Fatura	Data do Documento	Data de Vencimento	Montante (€)
3100510194	30-04-2010	30-04-2010	-262,07
3100540892	25-06-2010	25-06-2010	2.785,37
3100540907	25-06-2010	25-06-2010	1.602,42
3100510222	30-06-2010	30-06-2010	-27,11
2300000254	31-07-2010	31-07-2010	21,65
2300000276	31-07-2010	31-07-2010	0,74
2300000289	31-08-2010	31-08-2010	193,99
2300000290	31-08-2010	31-08-2010	329,73
2300000313	31-08-2010	31-08-2010	15,61

**ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012**

3100382433	30-09-2010	29-11-2010	25.939,35
3100382449	30-09-2010	29-11-2010	55.916,14
2300000327	30-09-2010	30-09-2010	346,39
2300000328	30-09-2010	30-09-2010	661,24
2300000353	30-09-2010	30-09-2010	29,65
3100382466	31-10-2010	30-12-2010	25.956,14
3100382483	31-10-2010	30-12-2010	49.021,10
2300000402	31-10-2010	31-10-2010	304,82
2300000403	31-10-2010	31-10-2010	404,68
3100382500	30-11-2010	29-01-2011	25.969,69
3100382517	30-11-2010	29-01-2011	42.911,71
2300000406	24-11-2010	24-11-2010	27,01
2300000428	30-11-2010	30-11-2010	186,58
2300000429	30-11-2010	30-11-2010	419,75
2300000442	30-11-2010	30-11-2010	17,12
2300000447	30-11-2010	30-11-2010	1.367,90
2300000448	30-11-2010	30-11-2010	2.270,52
3100382539	31-12-2010	01-03-2011	26.037,28
3100382557	31-12-2010	01-03-2011	44.080,39
2300000467	31-12-2010	31-12-2010	362,97
2300000468	31-12-2010	31-12-2010	803,94
2300000482	31-12-2010	31-12-2010	33,02
3100382572	31-01-2011	01-04-2011	40.181,26
3100382590	31-01-2011	01-04-2011	26.366,95
2300000023	31-01-2011	31-01-2011	539,00
2300000024	31-01-2011	31-01-2011	1.128,49
2300000038	31-01-2011	31-01-2011	48,55
3100382611	28-02-2011	29-04-2011	26.449,38
3100382628	28-02-2011	29-04-2011	39.924,21
2300000071	28-02-2011	30-03-2011	61,71
2300000055	28-02-2011	30-03-2011	55,44
2400000003	25-02-2011	25-02-2011	-0,81
2300000098	28-02-2011	28-02-2011	471,94

**ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012**

2300000099	28-02-2011	28-02-2011	928,71
2300000113	28-02-2011	28-02-2011	38,98
2300000120	17-03-2011	16-05-2011	11.833,11
3100540964	18-03-2011	18-03-2011	3.361,65
3100540979	18-03-2011	18-03-2011	2.846,26
3100382645	31-03-2011	30-05-2011	32.295,77
3100382662	31-03-2011	30-05-2011	45.523,09
2300000139	31-03-2011	31-03-2011	522,50
2300000140	31-03-2011	31-03-2011	997,77
2300000153	31-03-2011	31-03-2011	43,16
3100382679	30-04-2011	29-06-2011	31.863,28
3100382695	30-04-2011	29-06-2011	53.949,15
3100510302	30-04-2011	30-04-2011	-103,75
3100510318	30-04-2011	30-04-2011	-1.221,45
2300000172	30-04-2011	30-04-2011	1.052,11
2300000173	30-04-2011	30-04-2011	1.824,74
2300000186	30-04-2011	30-04-2011	83,86
3100510337	19-05-2011	19-05-2011	-5.064,98
3100382712	31-05-2011	30-07-2011	31.823,34
3100382785	31-05-2011	30-07-2011	53.900,89
2300000209	31-05-2011	31-05-2011	1.839,31
2300000210	31-05-2011	31-05-2011	1.075,68
2300000224	31-05-2011	31-05-2011	76,65
3100382745	30-06-2011	29-08-2011	31.814,97
3100382761	30-06-2011	29-08-2011	59.045,75
2300000244	30-06-2011	30-06-2011	2.090,91
2300000245	30-06-2011	30-06-2011	1.246,40
2300000259	30-06-2011	30-06-2011	41,59
3100382777	31-07-2011	29-09-2011	62.666,82
3100382795	31-07-2011	29-09-2011	31.802,42

**ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012**

2300000278	31-07-2011	31-07-2011	2.599,29
2300000279	31-07-2011	31-07-2011	1.546,16
2300000295	31-07-2011	31-07-2011	74,37
240000009	31-08-2011	31-08-2011	-1,59
3100382812	31-08-2011	30-10-2011	31.806,82
3100382828	31-08-2011	30-10-2011	63.077,76
2400000010	31-08-2011	31-08-2011	-1,68
2300000318	31-08-2011	31-08-2011	2.943,34
2300000319	31-08-2011	31-08-2011	1.771,63
2300000335	31-08-2011	31-08-2011	89,35
2300000338	31-08-2011	31-08-2011	3,26
3100382845	30-09-2011	29-11-2011	31.799,02
3100382861	30-09-2011	29-11-2011	60.120,14
2300000360	30-09-2011	30-09-2011	3.277,28
2300000361	30-09-2011	30-09-2011	1.919,51
2300000374	30-09-2011	30-09-2011	100,88
3100382878	31-10-2011	30-12-2011	31.804,47
3100382894	31-10-2011	30-12-2011	51.692,76
2300000395	31-10-2011	31-10-2011	3.773,85
2300000396	31-10-2011	31-10-2011	2.201,45
2300000407	31-10-2011	31-10-2011	120,10
2300000410	10-11-2011	10-11-2011	1,63
2400000018	10-11-2011	10-11-2011	-0,79
2400000019	10-11-2011	10-11-2011	-0,84
3100382911	30-11-2011	29-01-2012	32.235,05
3100382927	30-11-2011	29-01-2012	42.711,57
2300000426	30-11-2011	30-11-2011	2.341,89
2300000425	30-11-2011	30-11-2011	4.095,99
2300000437	30-11-2011	30-11-2011	133,54

**ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012**

3100382960	31-12-2011	29-02-2012	46.517,22
3100382944	31-12-2011	29-02-2012	32.193,98
2400000021	31-12-2011	31-12-2011	- 1,03
2300000448	31-12-2011	31-12-2011	2.589,82
2300000469	31-12-2011	31-12-2011	1.268,25
2300000447	31-12-2011	31-12-2011	1.462,63
2300000468	31-12-2011	31-12-2011	669,39
2300000485	31-12-2011	31-12-2011	48,18
2300000449	31-12-2011	31-12-2011	110,42
<b>TOTAL</b>	<b>1.358 247,60</b>		

414 Plano de Pagamentos -----

Nº Prestação	Montante	Data
1ª	14.100,00	28-03-2012
2ª à 95ª	14.100,00	28 de cada mês
96ª	18.747,60	28-03-2020
<b>TOTAL</b>	<b>1.358.247,60</b>	

415 -----O senhor Presidente da Câmara referiu que a lei diz que temos de ter uma  
 416 proposta de acordo aprovada até 15 de fevereiro e é essa proposta que trazem à  
 417 Assembleia Municipal. Os planos são unilaterais porque as entidades não se  
 418 pronunciaram em tempo útil. -----

419 -----O senhor Fernando Lopes (PS) disse que quando se marcou esta sessão da  
 420 Assembleia Municipal em sede de comissão permanente foi dito que era à segunda-  
 421 feira porque a Câmara Municipal necessitava de obter o acordo das Águas do Oeste e  
 422 da Valorsul e só nessa condição se marcou esta sessão para uma segunda-feira. É  
 423 com surpresa que vê que não houve acordo nenhum. Questionou o que vale este  
 424 documento quando logo na nota explicativa se diz que há apenas uma parte que  
 425 manifesta uma intenção. É uma proposta unilateral sem valor nenhum, pelo que  
 426 pergunta se a mesma tem mérito para vir a sessão da Assembleia Municipal. O que diz  
 427 o texto do acordo não corresponde à verdade. -----

428 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal confirmou que a informação  
 429 que lhe foi dada foi no sentido referido. -----

430 -----A senhora D. M.ª Los Angeles Oliveira (CDU) disse que depois de ler a nota  
 431 explicativa se perguntou o que estão a fazer a uma segunda-feira numa sessão da

## ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012

432 Assembleia Municipal. Estão a apresentar-se planos de pagamentos quando na nota  
433 explicativa se diz que não são para ter em conta, porque já se viram outras  
434 possibilidades, pelo que gostava de saber o que estão aqui a fazer. Quanto ao plano de  
435 pagamentos disse estranhar o montante que aqui está. A 06 de fevereiro foi entregue  
436 um documento que referia um montante de dívida de € 382.000 pelo que fica surpresa  
437 com o que consta do plano de pagamentos. Quem vai lendo as atas da Câmara  
438 Municipal vai apanhando os assuntos e na primeira vez que ouviu falar disto na Câmara  
439 Municipal o senhor Presidente da Câmara disse que tinha uma proposta de pagamento  
440 a três anos às Águas do Oeste que não foi aceite porque queriam mais tempo para  
441 pagar. Questionou qual a consequência para a Câmara Municipal se as Águas do  
442 Oeste não aceitarem o plano de pagamentos proposto e avançarem com a cativação  
443 das verbas do FEF. O que se vê deste plano é que desde o início do mandato nunca  
444 mais se pagou. O negócio foi ruinoso para o concelho, mas não pagar não é solução.  
445 Perguntou como é que esta autarquia pensa pagar as prestações mensais das suas  
446 dívidas que passam para planos de pagamentos.-----  
447 -----O senhor Presidente da Câmara confirmou que, de facto, solicitou que esta  
448 sessão da Assembleia Municipal fosse hoje, porque preferencialmente queriam trazer o  
449 documento tratado de forma bilateral, mas as administrações de ambas as empresas  
450 não deram uma resposta atempada. A OesteCIM deliberou que a situação deveria ser  
451 assim conduzida para não falharem o que a lei exige, que é apenas uma proposta de  
452 acordo. Este documento é uma proposta dos Municípios para ser presente às entidades  
453 oficiais até 15 de fevereiro. Estão implícitos valores de planos anteriores que estão a  
454 cumprir com muitas dificuldades. Disse nunca lhe ter passado pela cabeça uma  
455 proposta a três anos e se o disse não era essa a intenção, porque sempre defendeu  
456 uma proposta a seis ou oito anos. Quando na OesteCIM propuseram um plano a oito  
457 anos foram aplaudidos e toda a gente votou nesse sentido, mas a situação não é fácil.  
458 Os Municípios esperam que o governo proporcione algum refresh financeiro às  
459 autarquias. Chamem-lhe o que lhe chamarem o que precisam é que não nos sufoquem,  
460 que para isso já basta a lei que vai ser aprovada em breve. -----  
461 -----O senhor Luis Campos (PSD) considerou que o documento devia dizer  
462 minuta ou proposta de acordo. Questionou qual o prazo de pagamento das faturas. ----  
463 -----O senhor Fernando Lopes (PS) disse que o senhor Presidente da Câmara  
464 fala em acordo proposto, mas um acordo tem de ser bilateral. Questionou se o  
465 executivo vai começar a cumprir esta proposta caso até 28 de março não haja resposta  
466 da outra parte. Perguntou se este documento terá de vir novamente a reunião de  
467 Câmara se tiver de ser alterado. -----  
468 -----O senhor Luís Rego (CDS) disse não saber qual é o problema do PS com  
469 tantas perguntas ao senhor Presidente da Câmara, porque na última sessão a D.  
470 Anabela Sá sempre disse que a água ia ser privatizada.-----  
471 -----O senhor Presidente da Assembleia disse que aquilo que sabe é que as  
472 questões das águas, dos resíduos e da educação estão a levar as Câmaras Municipais  
473 a um sufoco financeiro tremendo que se deve mais a isso do que a má gestão. O que  
474 sabe é que se continuarem por este caminho vão chegar a um ponto em que não vão

**ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012**

475 conseguir pagar. Em breve tem de haver algumas medidas em termos de futuro a curto  
476 prazo. Questionou se os Municípios da OesteCIM colocam a hipótese de não pagarem  
477 ou de revogarem o acordo com as Águas de Portugal. A atual situação é insustentável,  
478 tal como sucede com os resíduos sólidos. Considerou que na próxima sessão da  
479 Assembleia intermunicipal os diversos grupos devem colocar estas questões e fazer  
480 alguma reflexão sobre esta situação. -----

481 -----O senhor Presidente da Câmara disse que os pontos desta ordem de  
482 trabalhos são claros quando dizem que é uma proposta de plano de pagamentos às  
483 Águas do Oeste. O que nos foi exigido foi esta proposta que vão cumprir tendo  
484 estudado a mesma para ser exequível. Se o cenário for diferente terão de adaptar a  
485 situação mas as empresas também vão ter de se adaptar às nossas exigências. Em  
486 termos de dividendos das Águas do Oeste vão ser irredutíveis tal como em relação aos  
487 compromissos que as Águas do Oeste assumiram e não cumpriram. Se este acordo  
488 não for aceite pelas Águas do Oeste vai ser um braço de ferro com os doze Municípios  
489 das Águas do Oeste. -----

490 -----A senhora chefe da divisão financeira disse que as Águas do Oeste têm o  
491 poder de creditação mas só em relação às faturas de 2012. Este é um plano de  
492 pagamentos que tem em conta as nossas dificuldades de tesouraria, mas o Orçamento  
493 de Estado não diz em quantos anos se tem de pagar. Esta é a proposta de todos os  
494 Municípios da OesteCIM para garantir os pagamentos. A proposta da OesteCIM é sem  
495 juros. -----

496 -----O senhor Luis Campos (PSD) questionou se a Câmara Municipal entrar em  
497 incumprimento não podem ir cativar o FEF. -----

498 -----A senhora chefe da divisão financeira respondeu que o Orçamento de Estado  
499 diz que não. Só podem fazê-lo em relação a faturas de 2012. Se entrarmos em  
500 incumprimento pode haver uma injunção. -----

501 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a proposta supra  
502 transcrita. -----

503 -----**PROPOSTA DE PLANO DE PAGAMENTOS À VALORSUL:** Foi presente a  
504 seguinte proposta da Câmara Municipal: “ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA  
505 Entre - Município de Bombarral, com a identificação fiscal nº 506800580, adiante  
506 também designado por Município, neste ato representado pelo Sr. Presidente da  
507 Câmara Municipal, Sr. José Manuel Vieira, que outorga no uso da competência prevista  
508 na alínea a) do número um, do artigo sexagésimo oitavo, da Lei 169/99, de 18 de  
509 setembro na sua atual redação; E Valorsul, Valorização e Tratamento de Resíduos  
510 Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A, pessoa coletiva nº 509479600, adiante  
511 também designada por Fornecedor, com sede na Plataforma Ribeirinha da CP, Estação  
512 de Mercadorias da Bobadela, 2696-801 S. João da Talha, matriculada na Conservatória  
513 do Registo Comercial de Loures, com o capital social de 25.200.000,00 (vinte e cinco  
514 milhões e duzentos mil euros), neste ato representada por Emídio Branco Xavier, na  
515 qualidade de Presidente do Conselho de Administração e João Eduardo Fernandes  
516 Figueiredo, na qualidade de Presidente da Comissão Executiva, com poderes para o  
517 ato adiante designado por Fornecedor. Considerando que: O Fornecedor é uma



**ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012**

518 empresa fornecedora do Município e que foram estabelecidas relações comerciais no  
 519 âmbito das quais aquele realizou fornecimentos ao Município; A situação económica e  
 520 financeira em que atualmente se encontra o Município, o impede de cumprir  
 521 atempadamente, as suas obrigações já vencidas de pagamento do preço dos serviços  
 522 prestados pelo Fornecedor, as partes celebram o presente Acordo de Regularização de  
 523 Dívida, adiante designado de ACORDO. O presente ACORDO reger-se-á pelos termos  
 524 e condições constantes das cláusulas seguintes, que os contraentes já leram e,  
 525 merecendo o seu integral acordo e aceitação, assinam. 1ªO Município confirma a  
 526 existência e validade das faturas, conforme datas de vencimento e montantes  
 527 discriminados na relação anexa (Anexo A) no total de EUR 458.086,48 (quatrocentos e  
 528 cinquenta e oito mil, oitenta e seis euros e quarenta e oito cêntimos), reconhecendo por  
 529 isso ser o Fornecedor credor do Município pela mencionada quantia de capital. 2ª----- O  
 530 montante dos créditos referidos na cláusula 1.ª será pago ao Fornecedor, com início em  
 531 28 de março de 2012, em 95 (noventa e cinco) prestações mensais no valor de EUR  
 532 4.790,00 (quatro mil, setecentos e noventa euros) e 1 (uma) prestação no valor de EUR  
 533 5.710,95 (cinco mil, setecentos e dez euros e noventa e cinco cêntimos), sem quaisquer  
 534 deduções ou retenções. 3ªO Fornecedor poderá resolver este Acordo ou considerar,  
 535 antecipadamente, vencida toda a dívida e exigir o seu imediato pagamento, no caso de  
 536 incumprimento de qualquer obrigação aqui assumida pelo Município. Feitos dois  
 537 exemplares de igual valor e conteúdo, destinados a cada uma das partes.”-----  
 538 Confirmação dos Créditos – Valorsul -----

<b>Nº Fatura</b>	<b>Data Documento</b>	<b>Data Vencimento</b>	<b>Montante (€)</b>
118/2009	30-09-2009	29-11-2009	4.246,62
132/2009	31-10-2009	30-12-2009	23.240,79
146/2009	30-11-2009	29-01-2010	21.731,71
160/2009	31-12-2009	01-03-2010	22.000,94
5/2010	31-01-2010	01-04-2010	20.413,41
19/2010	28-02-2010	29-04-2010	16.743,80
33/2010	31-03-2010	30-05-2010	20.709,74
47/2010	30-04-2010	29-06-2010	20.437,12
62/2010	31-05-2010	30-07-2010	19.472,78
76/2010	30-06-2010	29-08-2010	20.254,32
90/2010	20-07-2010	18-09-2010	14.647,88
2600118	31-08-2010	30-10-2010	16.720,82
2600146	31-10-2010	30-12-2010	14.134,12
9900111	31-10-2010	31-10-2010	6.060,94
2600160	30-11-2010	29-01-2011	13.772,15
9900140	30-11-2010	30-11-2010	2.202,38
2600174	31-12-2010	01-03-2011	13.489,90
9900171	31-12-2010	31-12-2010	2.245,59
2600006	31-01-2011	01-04-2011	12.650,14

**ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012**

9900006	31-01-2011	31-01-2011	2.341,31
2600020	28-02-2011	29-04-2011	11.213,79
9900031	28-02-2011	29-04-2011	349,88
9900058	28-02-2011	28-02-2011	2.202,49
2600034	31-03-2011	30-05-2011	12.699,31
9900080	31-03-2011	31-03-2011	2.520,49
2600049	30-04-2011	29-06-2011	12.867,17
9900111	30-04-2011	30-04-2011	2.569,51
2600063	31-05-2011	30-07-2011	13.750,72
9900134	10-05-2011	09-07-2011	49,00
9900145	31-05-2011	31-05-2011	2.673,28
2600082	30-06-2011	29-08-2011	12.628,25
9900170	30-06-2011	30-06-2011	2.644,12
2600101	31-07-2011	29-09-2011	13.599,82
9900191	31-07-2011	31-07-2011	2.780,70
2600116	31-08-2011	30-10-2011	15.829,45
9900207	31-08-2011	31-08-2011	2.872,64
2600132	30-09-2011	29-11-2011	14.042,12
9900223	30-09-2011	30-09-2011	2.725,92
2600147	31-10-2011	30-12-2011	13.016,42
9900248	31-10-2011	31-10-2011	2.645,22
2600162	30-11-2011	29-01-2012	12.309,48
9900277	30-11-2011	30-11-2011	2.492,99
9900260	30-11-2011	29-01-2012	348,02
2600177	30-12-2011	29-01-2012	11.739,23
9900300	31-12-2011	31-12-2011	2.674,47
<b>TOTAL</b>		<b>460.760,95</b>	

539 Plano de Pagamentos

Nº Prestação	Montante	Data
1ª	4.790,00	28-03-2012
2ª à 95ª	4.790,00	Dia 28 de cada mês
96ª	5.710,95	28-03-2020
<b>TOTAL</b>	<b>460.760,95</b>	

540 -----O senhor Fernando Lopes (PS) perguntou se a Valorsul aceitou ou rejeitou  
541 esta proposta.-----

**ATA N.º 01/2012 – Reunião de 13 de fevereiro de 2012**

542 -----A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles Oliveira (CDU) questionou se o montante  
543 apresentado tem ou não a junção de valores relacionados com a RESIOESTE.-----  
544 -----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) considerou que talvez fosse bom a  
545 OesteCIM não se esquecer nas negociações com a Valorsul que os municípios que a  
546 integravam aquando da junção foram beneficiados com subsídios e os Municípios que  
547 estavam na Resioeste não o foram.-----  
548 -----O senhor Presidente da Câmara informou que nem as Águas do Oeste nem  
549 a Valorsul responderam às propostas apresentadas pela Câmara Municipal do  
550 Bombarral. Confirmou que nesta proposta de plano de pagamentos estão implícitas as  
551 verbas da Resioeste. Agradeceu a chamada de atenção do senhor Carlos João  
552 Fonseca que terá presente aquando da discussão na OesteCIM.-----  
553 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a proposta supra  
554 transcrita. -----  
555  
556 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 00:45 horas, foi a reunião encerrada e  
557 lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela  
558 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários.-----  
559  
560 O Presidente:  
561  
562 O 1.º Secretário:  
563  
564 O 2.º Secretário:  
565